

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

Título: [Energia e Minas](#)..... 2

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Energia e Minas.....	2
Título: Tarifa de energia terá sobretaxa recorde	3
Título: Retomada de exploração na Bacia de Campos vai beneficiar o Rio	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Prudência energética	6
Título: Privatização da Eletrobras é melhor notícia do ano	7
Título: Conta de luz não pode cobrir rombo do governo.....	9
Título: Empresas privadas já detêm 60% da geração de energia do Brasil.....	10
Título: Conta de luz ficará mais cara em outubro com bandeira vermelha.....	12
Título: Volta da ExxonMobil ao petróleo no Brasil é boa para o mercado	14
Título: Oferta da UE a etanol do Brasil deve ficar 'aquém do aceitável'	15
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	17
Título: Conta de luz terá segundo nível de bandeira vermelha	18
Título: Partilha ou concessão?	19
Título: Governo adia liberação de R\$ 12,8 bi a ministérios	20
Título: 24 empresas são condenadas por poluir Cubatão.....	22
VEÍCULO: Correio Braziliense	23
Título: Choque na conta de luz.....	23

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia / colunas****Autor: Míriam Leitão / Alvaro Gribel****Título: Energia e Minas**

O governo vai desvincular a Eletrobras de Itaipu, para vender a empresa. Hoje, a estatal brasileira é uma das mandatárias da binacional, de acordo com o Tratado de Itaipu. O **ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho**, acha que será fácil fazer essa divisão entre as duas. O ministro defende a tese de que a Vale e a BHP não tiveram culpa na tragédia de Mariana.

Recentemente, o ministro das Minas e Energia definiu o rompimento da Barragem do Fundão como “acidente” e “fatalidade”. Quase dois anos depois, ninguém foi punido, e a recuperação dos estragos ou reconstrução das casas das vítimas nem começou. Entrevistei o ministro esta semana e perguntei o que ele quis dizer, já que o entendimento mais comum é que houve crime em Mariana. Ele isentou as empresas donas da Samarco: — Eu tenho muita dificuldade de acreditar que duas empresas, que são as maiores líderes de mineração do mundo, possam compactuar com esse tipo de prática. Se algum funcionário, diretor, cometeu ou incorreu em um erro, o Ministério Público vai processar, a Justiça e suas instâncias vão fazer com que os responsáveis possam pagar por isso. Essa visão benigna do ministro não tem correspondência na realidade. As duas empresas dividiam o controle da Samarco e, portanto, tinham que saber o que acontecia lá.

Um erro ocasional de um funcionário não provocaria o rompimento de uma barragem como aquela. Até hoje, quase dois anos depois, o que se vê no local da tragédia é assustador. O Bom Dia Brasil enviou três repórteres ao local, Chico Regueira, Alberto Fernandes, Julia Garcia, e num material amplo exibido esta semana no telejornal ficou claro que a tragédia se prolonga no tempo. A lama da Samarco foi encontrada até em Abrolhos. O processo criminal está suspenso. As empresas transferiram recursos e responsabilidades para uma fundação. — Eu defendo (as empresas) porque acho que o remédio para resolver isso não é matando a empresa. Eu recebi diversos prefeitos da região pedindo a volta da operação da Samarco, porque diversas pessoas estão desempregadas e os municípios perderam arrecadação — afirma o ministro.

O que os repórteres do Bom Dia Brasil mostraram é que os efeitos do rompimento da barragem chegaram à economia não apenas pela paralisação da Samarco, mas porque atingiram inúmeras atividades, da agricultura ao turismo e à pesca, que estão paradas pelo estrago feito no meio ambiente do Vale do

Rio Doce. As mineradoras diretamente responsáveis, principalmente a Vale, têm que fazer mais do que fizeram até o momento, se quiserem mesmo superar o problema. Em relação à Eletrobras, o presidente brasileiro de Itaipu tem dito que a ligação entre a estatal e Itaipu torna a privatização mais complexa do que foi dito inicialmente. O Tratado estabelece que ela é a mandatária pelo lado brasileiro — e a Ande pelo paraguaio — de Itaipu. Para mudar isso, seria necessário mexer no tratado. O ministro disse que é simples, porque o poder que a Eletrobras tem é por delegação da União, que pode rever isso, e contou que na modelagem da privatização isso está sendo considerado: — A Eletrobras só teve essa autoridade por delegação da União.

A convicção dos técnicos do Planejamento é que, da mesma forma que o governo delegou à Eletrobras, nós vamos tirar agora. Alguma entidade dentro do Ministério de Minas e Energia passará a ser o responsável pela parte brasileira da Usina de Itaipu. O ministro lembra que o modelo será diferente de uma privatização tradicional porque haverá uma emissão primária e a União será diluída. Ele diz que com a empresa sendo privada haverá uma governança mais ágil e eficiente. Esta semana, o ministro Fernando Coelho Filho esteve no Rio acompanhando o leilão dos blocos de petróleo, enquanto em São Paulo eram vendidas as usinas hidrelétricas que foram da Cemig, arrecadando ao todo R\$ 16 bilhões. Foi a semana também em que o governo recuou da extinção da Renca. Uma semana em que não faltou assunto em minas e em energia. O ministro repete que o caso da Renca foi apenas uma falha de comunicação e nega que o governo pretendia rever os limites das unidades de conservação.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura e Bruno Rosa

Título: Tarifa de energia terá sobretaxa recorde

Com reservatórios baixos, Aneel aciona bandeira vermelha no nível 2

A conta de luz ficará mais cara em outubro. Pela primeira vez desde que o sistema de bandeiras foi criado, em 2015, a bandeira tarifária a ser aplicada nas tarifas de energia elétrica será a vermelha no patamar dois. Ou seja, haverá uma cobrança extra de R\$ 3,50 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos. Sem chuvas, a fim de garantir o abastecimento, o governo precisou acionar usinas térmicas — mais poluentes e mais caras. O nível dos reservatórios está bem próximo do registrado em 2001, quando o país enfrentou o racionamento. Ao anunciar, ontem, a bandeira vermelha, o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, garantiu que não há risco de faltar energia, mas ressaltou que a geração ficará mais cara: — Não há nenhum risco

de desabastecimento. O problema é o custo, que ficou mais caro, porque foi preciso acionar térmicas mais caras.

A segurança é garantida. A falta de chuvas em todo o país fez o Brasil atingir um recorde negativo histórico de vazão nos reservatórios das hidrelétricas, o que se reflete nas tarifas. Considerando-se os meses de setembro, este foi o ano em que menos entrou água nas barragens das usinas desde 1931, início da série histórica. O governo ressalta, porém, que, ao contrário do que ocorreu em 2001, não faltará energia, porque hoje há mais usinas térmicas, eólicas e outras fontes. Em simulação feita pela Light, o início da bandeira vermelha vai elevar as contas de luz, em média, em 3,39%. Uma casa com consumo de 100 kW/mês passaria de R\$ 58,87 para R\$ 60,87. Esses valores não levam em conta PIS/Cofins, mas incluem o ICMS. Isso vai se refletir na inflação.

Segundo o economista Paulo Bruck, a energia elétrica deve fechar outubro em alta de 2,7%. Com isso, responderá por metade da inflação prevista para o mês. A conta de luz, diz Bruck, deve ter peso de 0,10 ponto percentual no IPCA estimado para o mês, que é de 0,21%. No Rio de Janeiro, o peso da energia elétrica na inflação é de 4,28%, contra 3,6% no país. Com isso, diz Bruck, o impacto deve ser um pouco maior. A previsão é que a conta de luz represente 0,12 ponto percentual da projeção de 0,21% na inflação do Rio. — Minha expectativa é que a energia elétrica feche o ano em (alta de) 10%. A conta de luz será um dos itens que vão puxar a inflação este ano. Mas o baixo nível de chuvas pode afetar até os alimentos.

Em outubro, há a expectativa de que os alimentos surpreendam e venham positivos, pela primeira vez desde maio, quando vêm acumulando variações negativas. Nos reservatórios, a situação mais preocupante é no Nordeste, onde as barragens operam com apenas 9,46% da capacidade, segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). No Sudeste e no Centro-Oeste juntos, o nível está em 24,75%. Na Região Sul, em 36,58%. E no Norte, em 33,81%. — Devemos ir até dezembro com a bandeira vermelha, podendo variar o patamar. Depende das chuvas de verão. Os custos vão subir bastante. A gente torce para São Pedro ajudar — disse João Carlos Mello, sócio da Thymos Energia.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordoñez

Título: Retomada de exploração na Bacia de Campos vai beneficiar o Rio

Blocos de Petrobras/Exxon terão investimentos de R\$ 570 milhões.

A 14ª Rodada de leilões da Agência Nacional do Petróleo (ANP) proporcionou à Bacia de Campos, afetada pela queda na produção e sem oferta de novas áreas há dez anos, um momento de Fênix: foi alvo de forte disputa, com seis blocos arrematados pela Petrobras, em parceria com a gigante americana Exxon Mobil — que ainda levou outros dois sozinha. A exploração desses blocos significará uma importante injeção de recursos no país, principalmente na economia do Estado do Rio, que passa por uma grave crise financeira. Afinal, os seis blocos arrematados pelo consórcio Petrobras/ Exxon estão bem em frente ao litoral fluminense. O secretário da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico do Rio, Christino Áureo, destacou que o estado começará a ser beneficiado com a reativação de atividades de apoio offshore (no mar).

Os investimentos mínimos na fase exploratória inicial são estimados em R\$ 634 milhões, nos oito blocos, durante os próximos sete anos. Os municípios de Macaé e São João da Barra, ressaltou o secretário, serão beneficiados pelo fato de já terem infraestrutura portuária. — Os dois municípios já têm infraestrutura portuária, assim como Campos e outros do Norte Fluminense. O interesse da Petrobras e Exxon sinaliza o grande potencial na região — afirmou Áureo. Estimativas da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) dão conta que, dos R\$ 634 milhões de investimentos mínimos, R\$ 570 milhões serão nos seis blocos do consórcio Petrobras/ Exxon, em frente ao litoral do estado. Os outros dois ficam um pouco mais acima.

‘IMPACTO RELEVANTE’

A expectativa da retomada da atividade da indústria petrolífera fluminense se deve ao fato de que, dos quatro poços previstos, três serão perfurados na área que fica em frente ao Estado do Rio. E essa é a fase em que há mais demanda por bens e serviços, como de levantamento e processamento geofísico; perfuração de poços, perfilagem, cimentação e completação de poços; estudos sísmicos; afretamento e operação de embarcações especiais (sondas e apoio marítimo). A Firjan calcula que, com o compromisso de 18% de conteúdo local, no mínimo R\$ 100 milhões poderão ser demandados para a economia fluminense. Segundo o diretor-geral da ANP, Décio Oddone, o potencial de abertura de vagas é grande: a contratação de uma sonda de perfuração gera mil empregos. — Se eles descobrirem um campo no porte que esperam, haverá um impacto muito relevante na economia.

E todo o apoio à indústria offshore fica entre Macaé e Porto do Açu. A região nordeste do Estado do Rio será beneficiada a curto prazo com a movimentação dos serviços de apoio às atividades exploratórias — observou Oddone. Adriano Pires Rodrigues, do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura (CBIE), destacou que os seis blocos têm elevado potencial, devido à vizinhança de três grandes campos gigantes: Marlim, Albacora e Roncador. Karine Fragoso, gerente de Petróleo e

Gás da Firjan, lembrou que os municípios que serão beneficiados no futuro com os royalties desses blocos são os mesmos que, nos últimos anos, amargaram forte queda na arrecadação: — Dos quatro poços previstos, três serão aqui em frente ao Rio de Janeiro e vão demandar investimentos e reativar a encomenda de bens e serviços.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Editorial

Autor:

Título: Prudência energética

Os lagos das usinas hidrelétricas estão mais vazios hoje do que no começo da primavera de 2000, o ano que antecedeu o racionamento energético de 2001, conhecido popular e imprecisamente como o período do apagão.

Em todas as grandes regiões do país, o nível médio dos reservatórios também é inferior ao registrado nos anos secos de 2014 e 2015.

Os números impressionam e certamente devem despertar preocupação e providências cautelares por parte das autoridades do setor elétrico e dos governos federal e estaduais. A perspectiva de chuvas para outubro tampouco se mostra favorável.

É preciso, entretanto, dar o devido contexto a tais dados de escassez, a fim de evitar conclusões tão drásticas como enganosas, que podem provocar mais alarmismo do que medidas racionais de contenção do consumo de água e luz.

O país dispõe agora de outras fontes de energia elétrica. Há uma década, a dependência em relação ao potencial hidráulico chegava a cerca de 83%; hoje, são 65%. O aproveitamento dos ventos resultava em mísero 0,1% da energia; atualmente, as eólicas respondem por 6% da produção nacional.

Há reservas a serem acionadas, como os geradores das termelétricas. Além do mais, o país dispõe de mais linhas de transmissão, o que facilita a redistribuição de eletricidade entre as regiões, racionalizando o uso da água e evitando restrições de consumo.

Ainda assim, há sinais de alerta a serem considerados. Nesta sexta (29), a Agência Nacional de Energia Elétrica anunciou a chamada bandeira vermelha patamar dois, um valor adicionado às tarifas.

Pela primeira vez desde 2015, quando esse sistema foi adotado, chega-se ao nível mais elevado de tarifação extra, um meio de indicar o aumento do risco de escassez de água —e da necessidade de recorrer a fontes mais caras.

A alta do custo da eletricidade para as empresas é particularmente preocupante em um momento de recuperação incipiente da economia, após brutal recessão.

Desde 2014, o país vive sob seca intermitente; no Nordeste, o fenômeno perdura desde 2012. Há racionamento de água no Distrito Federal desde o início do ano.

Apenas no início do período habitual das precipitações no Sudeste e no Centro-Oeste será possível ter mais clareza quanto à extensão da crise hídrica. Não convém, todavia, esperar tanto —ou simplesmente torcer pelas chuvas do verão, como fez o governo FHC em 2000.

De maneira prudente e tecnicamente esclarecida, é preciso estudar desde já planos e campanhas de racionalização do consumo de eletricidade e de água.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Tendências / Debates

Autor: Paulo Mayon

Título: Privatização da Eletrobras é melhor notícia do ano

Toda divergência e todo debate são salutareos. Eles cumprem a função de promover um processo mais detido e transparente na condução do processo. Afinal, a Eletrobras é responsável por mais de 32% da geração e quase metade das linhas de transmissão do nosso sistema integrado, que promove as transferências de energia de uma região para outra do país.

Os anos se passaram, e a governança do setor elétrico sofisticou-se a ponto de já estar se movendo na direção do direito de escolha do consumidor. Em breve, consumidores passarão a optar pelo seu fornecedor de energia elétrica, como já o fazem com as telecomunicações.

Outra importante transformação foi que, da década de 90 para cá, o setor passou a contar com instituições e autarquias altamente técnicas e preparadas, como o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) e a EPE (Empresa de Pesquisa Energética), que exercem papéis fundamentais em planejamento, operação, fiscalização e contabilização das atividades —atribuições outrora concentradas na Eletrobras.

A velocidade de mudança nas tecnologias e hábitos de consumo vem impactando diretamente o uso da energia elétrica, tornando o ambiente cada vez mais disruptivo. Tudo se move aceleradamente para um cenário de alta competição.

Nesse contexto, a Eletrobras demanda rápida transformação. O desafio de buscar uma rentabilidade adequada ao nível de risco de suas atividades se torna quase impossível se levarmos em conta: o atual endividamento (são cerca de R\$ 23 bilhões), as características próprias nas relações internas de trabalho com seus colaboradores, os arranjos de imagem com as investigações que a Operação Lava Jato iniciou por meio da Eletronuclear, e a histórica perda de valor de mercado devido à medida provisória 579.

Nada melhor do que os números para iluminar a discussão em curso. Bastou o governo indicar que pensava em sair gradualmente de sua participação da Eletrobras que as ações subiram 50% em um dia.

Para referendar o custo da 'não privatização', estudo recente do Instituto Acende Brasil demonstrou que, em 2016, a medida Lucro/Receita da Eletrobras foi de 6 centavos para cada 1 real.

A sua congênere Engie Brasil, na mesma medida, auferiu 25 centavos para cada 1 real de receita. Isso mesmo, 4 vezes mais rentável após a privatização. Em outra medida importante, a de receitas por empregado, no mesmo ano, a estatal atingiu R\$ 2,64 milhões; a Engie Brasil, R\$ 5,82 milhões.

Uma nova Eletrobras sem o controle da União, que tem hoje mais de 60% das ações, permitirá agilidade decisória, acesso mais "barato" ao mercado de capitais, independência na formulação de suas estratégias corporativas, e mudança na forma de gestão dos recursos disponíveis.

A proposta que se desenha se ancora nas direções apresentadas por meio da Consulta Pública 33, fundamentais para que esse passo seja vitorioso.

O encaminhamento até agora divulgado mantém a União como acionista, com a possibilidade de deter ações de classe especial; separa do processo a usina de Itaipu e Eletronuclear; e permitirá que recursos a programas sociais importantes, como Luz para Todos, Proinfa (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia) e Procel (Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica), e pesquisa e desenvolvimento (P&D) sejam administrados de forma mais eficaz.

Que o bom debate prevaleça e que a necessária medida promova mais eficácia na gestão desse conglomerado. E que, como resultado final, os consumidores possam se beneficiar de mais competição setorial.

PAULO MAYON é sócio da Compass Energia

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Tendências / Debates

Autor: Paulo Câmara

Título: Conta de luz não pode cobrir rombo do governo

O governo federal prepara uma ampla reestruturação do setor elétrico. Mudanças vão da suspensão do regime de cotas de energia, implementado na administração anterior, à reformulação de todo o marco legal do setor, por projeto em vias de ser enviado ao Congresso.

Passa também pela privatização da Eletrobras, anunciada em agosto em meio a queixas sobre a realidade da empresa, que seria um cabide de empregos sem utilidade.

Privatizações já não causam polêmica. Todas as forças políticas atuantes no país já promoveram desestatizações. No caso da Eletrobras, porém, é preciso examinar as motivações e contexto. E é preciso abrir o debate e dar visibilidade às implicações, que não são pequenas nem simples.

Foi por pensar assim que os governadores do Nordeste enviaram carta ao presidente Michel Temer (PMDB), no último dia 5. No documento, reconhecemos a gravidade do quadro fiscal e defendemos a busca de soluções. Alertamos, porém, que um setor com tamanho impacto sobre a economia não deve, em hipótese alguma, cobrir deficits no caixa do governo.

Pela política de cotas, cerca de 20% da energia hoje alocada no mercado regulado é vendida por valores entre R\$ 40 e R\$ 80/MWH. Após uma eventual privatização e a suspensão das cotas de energia, as operadoras que substituírem as empresas do grupo Eletrobras ofertarão a mesma energia a preço de mercado, hoje perto de R\$ 200/MWH. Sem contar a insegurança jurídica, com quebra dos contratos em vigor.

Assim, embora o governo negue, a mera suspensão da política de cotas terá como consequência imediata um reajuste na conta de luz que pode variar de 7% a 17%, segundo a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

E a energia elétrica, é bom frisar, tem peso praticamente igual a transporte/combustível na composição do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Ou seja, o aumento da tarifa onera todas as cadeias produtivas e chega a ser cruel com os mais pobres.

Quanto à privatização da Eletrobras, mais importante do que os R\$ 30 bilhões que se espera arrecadar é o que ocorrerá depois, inevitavelmente. Hidrelétricas são máquinas e água represada. Portanto, quem comprar a Chesf (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) estará adquirindo, como contrapeso, o próprio São Francisco, o rio da integração nacional.

Contra isso já se insurgira o ex-governador Miguel Arraes (PE) por meio de carta ao presidente Fernando Henrique Cardoso (1995) e em artigo publicado nesta Folha (1999).

E contra isso nos posicionamos, mostrando que, consumada a privatização, outros usos da água do Velho Chico -como a irrigação e o abastecimento das cidades da região- estarão limitados por pelo menos 30 anos, mesmo que outras fontes energéticas, como eólica e solar, ganhem peso e permitam a liberação da vazão atualmente comprometida com a geração hidrelétrica.

Para não só criticar, mas também propor soluções, sugerimos a exclusão da Chesf do grupo Eletrobras, transformando-a numa empresa pública, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, encarregada de coordenar uma política de desenvolvimento regional.

Sua atuação seria financiada com a manutenção da política de cotas e o ajustamento da tarifa em, no máximo, 1,5% -percentual que, segundo especialistas do setor, garantiria a conclusão do plano de obras já contratado com a Aneel os investimentos em fontes alternativas, além do plano de revitalização dos rios energéticos, elaborado pela ANA (Agência Nacional de Águas).

Mas, o mais importante: pedimos diálogo e transparência. É o mínimo antes que medidas tão extremas sejam implementadas.

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA, economista, é governador de Pernambuco (PSB)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Natália Portinari

Título: Empresas privadas já detêm 60% da geração de energia do Brasil

A iniciativa privada já detém 60% da capacidade de geração de energia instalada no país, além de 39% da transmissão (que interliga o sistema) e 71% da distribuição (que entrega a energia ao consumidor final).

O levantamento é da Thymos Energia. O leilão de quatro usinas que pertenciam à Cemig, nesta quarta-feira (27), ampliou um pouco mais a presença do investidor privado na geração. Antes, sua fatia era de 59%.

Quando se olha a história do setor, esse avanço privado na geração simboliza novos tempos e indica que serão os estrangeiros os principais investidores daqui para frente.

A privatização da área de energia ocorreu nas empresas de distribuição, a partir de 1997, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Na época, forte resistência política e de servidores públicos inviabilizaram a privatização das usinas de geração.

A expansão da geração na última década, porém, ocorreu com leilões à iniciativa privada. A maioria teve como vencedor grupos locais como Odebrecht e Camargo Corrêa, que acabaram investigadas na Operação Lava Jato.

"Os grupos nacionais com maior presença na geração são empreiteiras. Por isso nenhum brasileiro se apresentou no último leilão. A tendência é que os estrangeiros aumentem a participação no Brasil", diz Ricardo Lima, consultor da área.

Dos 40% ainda em poder de empresas públicas, 35% são da Eletrobras, que o governo estuda como privatizar.

AVANÇO

Com o leilão, a francesa Engie (antiga Tractebel) ampliou a liderança como a maior privada da área de geração. A Engie tem capital aberto na Bolsa brasileira e faturou R\$ 7 bilhões em 2016.

O seu primeiro negócio no Brasil foi a compra da Gerasul, braço de geração da Eletrosul, em 1998. No leilão da semana passada, passou a deter 6,8% da geração.

"Adquirir as usinas é uma oportunidade para levantar mais capital, o que estudamos fazer via debêntures", diz Gil Maranhão, diretor de estratégia da Engie.

No leilão de quarta, ainda levaram usinas a italiana Enel e a chinesa SPIC. A última tinha, até então, só dois parques eólicos na Paraíba.

Outras estrangeiras são destaque no país, como a Enel (antiga Endesa Brasil), que comprou a concessão da Celg-D, de Goiás, em 2016, e controla

distribuidoras do Rio de Janeiro e Ceará. "Engie e Enel são empresas já enraizadas no Brasil", diz Cláudio Sales, presidente do Instituto Acende.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Reuters

Título: Conta de luz ficará mais cara em outubro com bandeira vermelha

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) anunciou nesta sexta-feira (29) o acionamento da bandeira tarifária vermelha nível dois para as contas de energia de outubro, devido à baixa vazão das hidrelétricas com o tempo seco.

Isso significa um custo adicional de R\$ 3,50 a cada 100 kWh (kilowatts-hora) de eletricidade consumida. Atualmente, a bandeira das contas de luz é amarela, o que significa um custo adicional de R\$ 2.

O aumento se deve à seca, que reduziu a capacidade de geração das hidrelétricas, que produzem energia mais barata.

As bandeiras sinalizam para os consumidores o custo de operação do sistema. Se a condição é favorável, ela é verde, mas se a oferta de energia cai são acionadas as bandeiras amarela e vermelha, em primeiro ou segundo patamar, que geram cobranças adicionais.

Regulamentadas em 2012, elas passaram a ser cobradas em 2015 e já tiveram valores maiores que os atuais: em março daquele ano, a bandeira vermelha impunha às contas um aumento de R\$ 5,50 a cada 100 kWh (kilowatts-hora).

A faixa vermelha foi desdobrada em dois patamares em fevereiro de 2016. Desde então, ainda não havia sido cobrado o nível vermelho 2.

Romeu Rufino, diretor-geral da Aneel, não há risco para o abastecimento de eletricidade mesmo com a falta de chuvas, devido à diversificação da matriz energética, com outras fontes de geração. "O abastecimento, porém, está garantido, mas terá um custo mais alto."

O ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) estimou que a carga de energia do sistema interligado do Brasil deverá subir 2,5% em outubro na comparação com igual mês do ano passado, com projeção de forte alta de consumo no Sul e retração apenas no Nordeste.

As previsões de chuvas nas áreas das hidrelétricas, principal fonte de geração do país, não são otimistas. O ONS espera chuvas em 79% da média histórica no Sudeste e de apenas 31% no Nordeste, regiões que concentram os maiores reservatórios.

Com a perspectivas de maior demanda e chuvas fracas, o custo marginal de operação do sistema em outubro foi previsto pelo ONS em uma média de R\$ 709,90 reais por MWh (megawatt-hora), apenas ligeiramente abaixo dos R\$ 725,70 da semana anterior.

Segundo o relatório do operador, o atendimento à carga em outubro deve exigir o acionamento de termelétricas com custo de operação acima dos R\$ 610 reais.

Rufino disse que o consumidor pode contribuir para o sistema ao reduzir sua demanda neste momento de custos mais elevados.

A Aneel vai promover uma campanha na televisão e na internet sobre o uso consciente de energia, mas não será estabelecida uma meta para a redução de demanda, afirmou o diretor da Aneel.

Ele não quis comentar, no entanto, se há expectativa de manutenção das contas de energia no patamar mais caro de bandeira tarifária para além de outubro.

Segundo Rufino, é muito cedo para projetar a bandeira tarifária para os próximos meses, uma vez que a temporada de chuvas está em seu início com a chegada da primavera.

IMPORTAÇÃO

O Brasil também irá aumentar importações de eletricidade junto aos vizinhos Uruguai e Argentina para enfrentar o problema de oferta.

De acordo com Rufino, apenas a Argentina pode enviar cerca de 1.000 MW (megawatts) médios em eletricidade ao país.

"A importação de energia do Uruguai e da Argentina entra para disputar com as térmicas", disse Rufino.

Apesar da elevação na tarifa, a situação do país é mais confortável hoje que há alguns anos. Em 2000, 94% da geração da eletricidade vinha de hidrelétricas. No ano passado, 73%.

Especialistas dizem que o sistema hoje é mais seguro, porque tem mais linhas de transmissão, alternativas de geração e melhor gestão.

A ressalva é que o país passa pelo mais longo período de recessão de sua história, o que reduziu o ritmo do consumo de energia em 2015 e 2016, o que ajuda a evitar um impacto mais forte no preço da energia quando os reservatórios secam.

O governo está para editar leis e medidas para liberalizar o mercado e incentivar investimentos, mas não há ainda detalhes do projeto.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Reuters

Título: Volta da ExxonMobil ao petróleo no Brasil é boa para o mercado

A grande aposta da ExxonMobil na Bacia de Campos mostra sua vontade de reconstruir suas reservas e abre caminho para ofertas consideráveis nos leilões de outubro, voltados às ricas áreas do pré-sal brasileiro, disseram analistas.

Ao marcar um retorno à exploração de petróleo e gás no Brasil, após uma ausência de cinco anos, a Exxon levou oito blocos na cobiçada Bacia de Campos, uma das mais produtivas, durante a 14ª Rodada de Licitação na quarta-feira (27). Seis foram levados em parceria com a Petrobras.

O leilão, que atingiu um bônus recorde, incluiu uma oferta da Exxon e da parceira Petrobras de R\$ 2,24 bilhões por um único bloco (C-M-346), a maior oferta da história em rodadas do gênero.

Isso mostrou como as companhias de petróleo que podem pagar valores significativos estão dispostas a desembolsar e desenvolver reservas de alta qualidade em lugares longínquos, apesar de os preços do petróleo terem caído pela metade em relação a 2014.

"Se alguém pode fazê-lo de um jeito que mantém os custos baixos para algo tão grande e complexo como esse, provavelmente esse alguém é a ExxonMobil", disse Brian Youngberg, analista da Edward Jones.

Youngberg afirmou que também espera que a Exxon participe dos leilões de outubro relativos a blocos na área do pré-sal. A Exxon não respondeu imediatamente a uma pergunta sobre sua potencial participação nos leilões do próximo mês.

Com um valor de mercado de cerca de US\$ 350 bilhões, a Exxon gastou muito neste ano em projetos de expansão de petróleo e gás natural para reabastecer suas reservas em queda, buscando reverter as preocupações de que estaria ficando para trás de suas concorrentes na exploração e produção.

O arremate no Brasil é um "sinal adicional da urgência da empresa em reabastecer sua base de recursos", disseram os analistas da Tudor, Pickering Holt & Co, na quinta-feira (28), acrescentando que o negócio da Bacia de Campos foi um sinal positivo para futuros leilões do pré-sal brasileiro.

A oferta recorde de quarta-feira foi cerca de cinco vezes superior à mais próxima, realizada por Shell e Repsol.

A Petrobras disse que tinha expectativa de que alguns dos blocos de Campos poderiam ter também reservas de pré-sal de alto potencial.

Antes do leilão, a Exxon estava entre as poucas grandes petroleiras sem uma presença em exploração nos grandes campos offshore recentemente descobertos no Brasil.

"Para a ExxonMobil, a falta de presença no pré-sal do Brasil foi indiscutivelmente a maior lacuna em seu portfólio, especialmente agora que a Shell ocupa uma posição dominante nesta área prolífica e de baixo 'break-even'", afirmou Horacio Cuenca, pesquisador da Wood Mackenzie, em um nota a clientes.

A Exxon abandonou os esforços de perfuração na Bacia de Santos em 2012, após resultados frustrantes.

Mas uma série de mudanças regulatórias durante o governo de Michel Temer, incluindo uma redução dos requisitos que forçaram as empresas a usarem conteúdo local de equipamentos, provavelmente levará os investidores a retornarem à maior economia da América Latina, disseram os analistas.

Na quarta-feira, Petrobras e Exxon arremataram seis blocos na Bacia de Campos, por R\$ 3,59 bilhões, sendo responsáveis por 93% da arrecadação total do leilão.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Oferta da UE a etanol do Brasil deve ficar 'aquém do aceitável'

O setor sucroenergético brasileiro diz ter "grandes expectativas" de que o etanol entre na pauta de discussões entre Mercosul e União Europeia (UE) já na próxima semana, quando devem ser retomadas as negociações para maior abertura comercial entre os blocos. A oferta, no entanto, é avaliada como "muito aquém do aceitável."

"Há informações de que a proposta que a UE vai trazer na bagagem para as negociações da próxima semana no Brasil será de uma cota de 600 mil toneladas [de etanol], das quais 400 mil para fins industriais, o que consideramos muito aquém do aceitável", afirmou Eduardo Leão, diretor-executivo da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar).

Segundo Leão, o biocombustível estava na oferta feita originalmente em 2004 com um volume da ordem de 1 milhão de toneladas.

O setor pleiteia uma cota maior para o etanol carburante (usado em motores) e a liberação total do produto para fins industriais. "Hoje, o etanol carburante tem uma tarifa de importação proibitiva, de 0,19 euros por litro, o que praticamente impede o consumidor europeu de ter acesso ao etanol de cana-de-açúcar brasileiro, considerado o mais sustentável do ponto de vista ambiental", disse Leão.

A expectativa sobre a proposta europeia também é forte em relação ao açúcar. Atualmente, o Brasil sofre uma tarifa de 98 euros por tonelada do produto, e, com a liberação das cotas de produção de açúcar para indústrias europeias, prevista para outubro, a tendência é que as importações da UE se reduzam substancialmente.

"Nesse novo cenário, se essa tarifa intra-cota brasileira descabida permanecer, isto significará a completa saída do açúcar brasileiro daquele mercado. Seria um resultado desastroso para as negociações", afirma o executivo.

ENTRAVE

A nova proposta deverá ser entregue pela UE ao Brasil na semana que vem, durante reunião em Brasília.

Países liderados por França e Irlanda, entretanto, propuseram adiar a oferta até que as regras sejam acordadas para se evitar uma concorrência desleal, disseram diplomatas na quinta-feira (28), o que coloca em xeque a possibilidade de acordo até o fim do ano, como quer o Mercosul.

Em uma carta à Comissão Europeia, os países disseram ser particularmente vulneráveis às importações de etanol, açúcar e carnes bovina e de frango do

Mercosul, e afirmaram que uma oferta da UE relacionada a cotas de importação seria "inoportuna" até que um "campo de jogo nivelado" possa ser alcançado.

Na quinta-feira, durante uma reunião em Bruxelas, a Comissão Europeia propôs que os 28 países aceitassem no bloco europeu, além das cotas citadas de etanol e açúcar, uma cota de 70 mil toneladas por ano de carne.

A carta que pede o adiamento da oferta foi assinada por Áustria, Bélgica, França, Hungria, Irlanda, Lituânia, Luxemburgo, Romênia, Polônia, Eslováquia e Eslovênia.

Em resposta, assinaram uma carta que pressiona a UE a fazer uma oferta agrícola na próxima semana Alemanha, Itália, Reino Unido, Dinamarca, Suécia, Espanha, Portugal e República Tcheca, de acordo com um diplomata europeu em Brasília. "A última parte das negociações será difícil", disse, sob condição de anonimato.

Outro diplomata europeu afirmou que as negociações, que se prolongam há 18 anos, estão em uma etapa crucial. "Se o acordo não for feito agora, com base onde estão Argentina, Brasil e Europa politicamente, talvez nunca seja feito."

A Comissão Europeia evitou confirmar os números da oferta agrícola, dizendo que "ainda discute ofertas tarifárias" com os países do bloco, de acordo com uma pessoa do corpo executivo da UE.

"A Comissão está decidida a encontrar o equilíbrio certo entre a importância desses produtos para nossos parceiros do Mercosul e a necessidade de proteger os interesses dos agricultores europeus e das comunidades rurais", acrescentou.

HISTÓRICO

Em maio de 2016, a Argentina, o Brasil, Paraguai e Uruguai, por um lado, e a UE, por outro lado, fizeram uma primeira troca de ofertas desde a retomada das negociações em 2010, após seis anos suspensas.

No entanto, os europeus não incluíram carne e etanol, dois produtos-chave para o bloco sul-americano, pedindo ao Mercosul que aguardasse as eleições de 2017 na França e na Alemanha, mas Brasil e Argentina não assinariam nenhum acordo caso esses itens não estivessem incluídos.

O governo argentino advertiu que não haveria nenhum acordo nesse ano se a oferta agrícola da UE não for divulgada.

Seção: Economia**Autor: Anne Warth****Título: Conta de luz terá segundo nível de bandeira vermelha**

Clientes terão acréscimo de R\$ 3,50 a cada 100 Kwh a partir de amanhã; seca histórica baixou nível de reservatórios, diz Aneel

As contas de luz terão o segundo patamar da bandeira vermelha em outubro. Com a decisão, os clientes terão um acréscimo de R\$ 3,50 a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos a partir de domingo, 1.º de outubro. A mudança já era aguardada por especialistas do setor e analistas de mercado.

A seca levou os reservatórios das hidrelétricas a uma situação crítica e obrigou o governo a acionar mais termoeletricas, que geram energia mais cara. No entanto, não há risco de desabastecimento ou racionamento, disse o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino. "O abastecimento está assegurado, mas terá um custo mais alto", afirmou Rufino. A quantidade de água que chega aos reservatórios das hidrelétricas foi a menor para meses de setembro de toda a série histórica, iniciada em 1931.

Considerando o consumo médio das famílias brasileiras, de 160 kWh por mês, o acréscimo médio na conta será de R\$ 5,60. Quem gasta mais terá um custo maior. Em setembro, vigorou a bandeira amarela, que adiciona R\$ 2,00 a cada 100 kWh. Para tentar conter parte desse aumento, a Aneel vai iniciar uma campanha nas redes sociais e na TV para estimular a economia de energia elétrica. Não haverá meta de redução de consumo. A campanha terá dicas para uso consciente de eletrodomésticos como ar condicionado, ferro de passar roupas, máquina de lavar e geladeira, entre outros.

Essa é a primeira vez que o segundo patamar da bandeira vermelha é acionado desde a criação do sistema. A conta de luz, porém, já foi mais cara. No primeiro ano em que as bandeiras vigoraram, em 2015, só havia um patamar de bandeira vermelha, e a taxa era de R\$ 5,50 a cada 100 kWh. Além do acionamento das termoeletricas, o governo autorizou a importação de energia de países vizinhos. O Brasil já está recebendo 400 MW médios do Uruguai e há potencial para receber 1 mil MW médios da Argentina. "Todas as alternativas estão sendo buscadas para oferecer energia mais barata", afirmou.

Inflação. A adoção da bandeira vermelha patamar 2 na conta de luz deve elevar a inflação oficial do País entre 0,10 e 0,25 ponto porcentual, conforme economistas consultados pelo Estadão/Broadcast. Contudo, a maioria dos especialistas acredita que não haverá mudanças na expectativa para o índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do ano, que pode seguir abaixo de 3%.

Para o economista Leonardo França Costa, da Rosenberg Associados, há possibilidade considerável de a bandeira vermelha continuar a vigorar em 2018, no primeiro ou segundo patamar. /COLABORARAM MARIA REGINA SILVA E THAIS BARCELLOS, DE SÃO PAULO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Suely Caldas

Título: Partilha ou concessão?

No momento em que o leilão desta semana parece sinalizar o fim da apatia e a retomada do interesse de grandes empresas pelo petróleo brasileiro, vale refletir sobre duas datas marcantes da nossa história recente: em agosto, a lei que acabou com o monopólio da Petrobrás completou 20 anos e, em dezembro, 7 anos a lei que instituiu o regime de partilha na exploração de óleo nas promissoras áreas do pré-sal.

Que a Petrobrás não dava mais conta de explorar sozinha ficou evidente, desde a década de 1970, com as descobertas gigantes em águas profundas da Bacia de Campos. Tudo era grande demais para uma única empresa, mas só em 1997, no governo FHC, houve o reconhecimento em lei. Então dezenas de empresas se instalaram no País, gerando um boom de novos investimentos, empregos, renda e riqueza com a multiplicação de projetos de exploração. Foi quando a produção de óleo e gás saltou de 900 mil barris/dia, em 1997, para 2,5 milhões na média deste ano, e os empregos no setor triplicaram.

Que existia óleo abaixo da camada da rocha de sal, em águas ainda mais profundas, já se sabia desde os anos 1980, mas só em 2007 foi possível dimensionar potencial e área e dispor de tecnologia para extrair o óleo. Depois de muita incerteza, finalmente o ex-presidente Lula sancionou a lei que instituiu o regime de partilha nas áreas do pré-sal, pelo qual o petróleo extraído é dividido entre a União (75%) e o consórcio investidor (25%), obrigou a Petrobrás a ser a única operadora dos poços e a participar com um mínimo de 30% do investimento.

Deu tudo errado, e frustrou-se a tentativa de devolver o monopólio à Petrobrás - que, aliás, não o queria de volta. Estrangulada pelo congelamento do preço dos combustíveis, assaltada pelos políticos, usada a torto e a direito pelos governos do PT e contraindo dívidas impagáveis, a estatal perdeu fôlego financeiro para investir no pré-sal e ainda ser a única operadora. Com isso, um único leilão foi efetuado, em 2013, no Campo de Libra, sem disputa e arrematado por um único consórcio formado pela Petrobrás, a Total francesa, a

Shell holandesa e duas chinesas. E foi só. Pararam os leilões e a economia brasileira mergulhou na recessão.

Com o País e sua presidente desacreditados e a Petrobrás desmoralizada com a Operação Lava Jato, os investidores fugiram do Brasil e o petróleo do pré-sal continuou sepultado no fundo do mar, impedindo os brasileiros de usufruírem de sua riqueza. Em novembro de 2016 a lei mudou, a Petrobrás ficou livre das amarras, os leilões foram retomados (há mais oito rodadas marcadas até 2019) e os investidores voltaram, entre eles a Exxon, maior petrolífera do mundo, que havia desistido do Brasil. A lei mudou, mas o regime de partilha no pré-sal não, desencadeando uma polêmica que tem tudo para prosperar neste momento de retomada.

O fim da partilha e sua substituição pelo regime de concessão (a União, detentora do monopólio, é indenizada com carga tributária elevada) ganharam um defensor em Décio Oddone, diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Na partilha, a União se apropria de 75% do óleo extraído e a empresa ou o consórcio ficam com 25%. Antes desse rateio, porém, são deduzidos todos os custos de exploração e produção declarados pela empresa. É aí, argumenta Oddone, que a indústria busca vantagens ao inflar as despesas com penduricalhos supérfluos e dispensáveis.

"O regime de partilha foi o maior erro que cometemos no Brasil. Nele o investidor agrega despesas sem nenhum critério, só para elevar o custo e entregar um volume menor de petróleo à União. Não é à toa que partiu da indústria a preferência pela partilha em países da África", denuncia Oddone.

Ele reconhece que a área do pré-sal requer tratamento diferenciado porque o risco de não encontrar petróleo é mínimo. Mas argumenta que a União vai faturar "bem mais" com a elevação da alíquota do tributo Participação Especial. "É muito mais transparente, eficiente, reduz o custo e aumenta a produtividade."

Por enquanto, a partilha vigora, mas Oddone se diz disposto a lançar e sustentar o debate.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Idiana Tomazelli e Lorena Rodrigues

Título: Governo adia liberação de R\$ 12,8 bi a ministérios

Distribuição dos recursos só deve ser definida, por meio de portarias, na semana que vem; dinheiro é essencial para evitar "apagão" da máquina pública

O governo deixou para a semana que vem a distribuição dos R\$ 12,824 bilhões que foram liberados no Orçamento deste ano. O desbloqueio foi assegurado ontem com a publicação do decreto de programação orçamentária e financeira e está sendo motivo de disputa na Esplanada dos Ministérios, diante do risco real de "apagão" na máquina pública e em meio à tramitação da segunda denúncia contra o presidente Michel Temer no Congresso Nacional.

O Planejamento informou em nota que os recursos que cabem ao Executivo (R\$ 12,660 bilhões) serão destinados para a reserva. "Sua distribuição será feita a partir da próxima semana", afirma. Segundo apurou o Estadão/Broadcast, o governo está analisando as demandas dos órgãos e vendo o que é possível atender. Só a partir daí é que a área econômica editará as portarias que concedem o dinheiro para os ministérios.

O que já está definido é que o valor liberado para o Executivo vai bancar despesas discricionárias, ou seja, o custeio da máquina administrativa, que está à beira de um colapso. Há ainda a expansão dos limites para empenho de emendas parlamentares impositivas individuais (R\$ 673,8 milhões) e de bancada (R\$ 338,8 milhões), uma notícia importante para a Secretaria de Governo, comandada por Antonio Imbassahy, que conduz as negociações com os congressistas. O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, esteve anteontem no Planalto com Imbassahy e o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha.

O decreto destina R\$ 7,7 milhões para o Legislativo, R\$ 134,7 milhões para o Judiciário, R\$ 19,5 milhões para o Ministério Público da União e R\$ 2,1 milhões para a Defensoria Pública da União.

Mesmo com a liberação, restam R\$ 32,1 bilhões bloqueados no Orçamento, um valor considerado elevado, segundo o próprio ministro Oliveira. Na semana passada, ele disse que o governo trabalharia para promover um desbloqueio adicional. Segundo ele, as áreas que mais preocupam são Segurança, Defesa, Educação e Ciência e Tecnologia. "Nossa rede de atendimento ao público, de Previdência, também merece atenção."

Leilões. O governo havia condicionado a liberação dos R\$ 12,8 bilhões ao resultado dos leilões de hidrelétricas da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), realizado na quarta-feira. Para alívio da equipe econômica, o resultado veio acima do esperado, com arrecadação de R\$ 12,13 bilhões. Houve sucesso maior que o esperado também na 14a Rodada de Licitações, que arrecadou R\$ 3,8 bilhões com blocos de petróleo leiloados - a previsão era de R\$ 546 milhões.

O Orçamento ainda prevê receita de R\$ 8,8 bilhões com o Refis (parcelamento de débitos tributários). Como a Câmara dos Deputados aprovou uma versão do texto com descontos maiores, isso pode comprometer a arrecadação do

programa. A secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, informou na quinta-feira que a perda em relação a esse valor deve ficar em torno de R\$ 5 bilhões. Por isso, o ganho com ágio nos leilões pode ser consumido por essa mudança no Refis.

Ontem, o governo prorrogou para 31 de outubro o prazo final para adesão ao Refis. Por meio de medida provisória, ficou estabelecido que os contribuintes que optarem pelo parcelamento em outubro terão de pagar cumulativamente as prestações de outubro, setembro e agosto, que era inicialmente o mês limite para a adesão. O novo Refis está em tramitação no Congresso.

O governo também ampliou, em dois meses, até 30 de novembro, o prazo de adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural (PRR), que ficou conhecido como Refis do Funrural. A Medida Provisória 793/2017, que cria o PRR, está em tramitação no Congresso. / COLABOROU LUCI RIBEIRO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Metrópole

Autor: Giovana Girardi

Título: 24 empresas são condenadas por poluir Cubatão

Ação levou 31 anos para ser julgada em 1ª instância e ainda cabe recurso; entre os responsabilizados no processo está a Petrobrás.

Em uma ação que levou 31 anos para ser julgada, 24 empresas do polo petroquímico e siderúrgico de Cubatão – incluindo Petrobrás, Rhodia, Cosipa (hoje Usiminas) e unidades que hoje fazem parte da Bunge e da Votorantim – foram condenadas pela Justiça na semana passada pela poluição ambiental e danos à Serra do Mar provocados ao longo das décadas de 70 e 80 por atividades exercidas sem cuidado com o ambiente.

A juíza Suzana Pereira da Silva, da comarca de Cubatão, estabeleceu que as 24 empresas terão de pagar uma “indenização correspondente ao custo integral para a completa recomposição do complexo atingido a fim de que este readquira os atributos que possuía antes do processo de poluição”. O valor, porém, não foi estabelecido, e a expectativa é de que essa definição pode levar alguns anos.

Ela atendeu a uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público de São Paulo e pela ONG Oikos – União dos Defensores da Terra, no início de 1986, quando Cubatão sofria, havia alguns anos, um quadro de desolação. No início dos anos 1980, o ar do município do litoral sul paulista era denso, tinha cheiro e cor. Pássaros e peixes desapareciam.

Os poluentes emitidos pelas empresas, depois de subirem para a atmosfera, retornavam na forma de chuva ácida, matando a rica vegetação de Mata Atlântica da Serra do Mar que, no entorno de Cubatão, ficava careca. As árvores viravam paliteiros sem folhas. A Organização das Nações Unidas (ONU) havia decretado que a cidade era a mais poluída do mundo.

A relação causal entre a poluição – ou um poluente específico – e casos de anencefalia, naquela época, apesar das fortes suspeitas, eram mais difíceis de comprovar, mas o impacto ao ambiente era evidente. E, ao demandar a reparação pelos danos da poluição ao ambiente, os ganhos humanos viriam em consequência: era a expectativa dos propositores da ação.

O ambientalista Fábio Feldmann, que na época era presidente e advogado da Oikos, lembra que a ação é anterior à Constituição de 1988, quando os direitos ambientais foram mais bem estabelecidos, e foi a primeira grande investida contra empresas que na época estavam entre as maiores do País.

“A sentença é um marco na história do direito ambiental, pondo fim a um clamor da sociedade cubatense represado por décadas pela reposição dos danos ambientais decorrentes da poluição causada pelo polo industrial”, comentou a promotora Nelisa Olivetti de França Neri de Almeida, que liderava o caso recentemente.

Empresas. Petrobrás e Rhodia disseram que aguardam a notificação para se pronunciarem. A Votorantim disse que apresentará o recurso cabível e “reforça seu compromisso com o aprimoramento constante da gestão ambiental em seu processo produtivo”. A Bunge disse que “o cuidado com os recursos naturais e o respeito ao meio ambiente conduzem as ações” da empresa, lembrou que a sentença é em primeira instância e poderá ser objeto de recurso.

O Centro de Integração e Desenvolvimento Empresarial da Baixada Santista (Cide), que fala em nome das 24 empresas, afirmou que vai “alinhar os respectivos recursos visando a esclarecer os pontos levantados na decisão”. Informou também que, “ao longo das últimas décadas, as empresas promoveram diversos investimentos em medidas de cunho ambiental que hoje transformaram a Serra do Mar em exemplo de programa de manejo e recuperação ambiental no Brasil e no mundo”.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Choque na conta de luz

A estiagem vai pesar mais no bolso dos brasileiros. Sem chuvas suficientes, setembro teve a pior vazão de água para os reservatórios da história, desde 1931, quando o setor elétrico iniciou as estatísticas, alertou ontem a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Os primeiros reflexos serão contas de luz mais caras em outubro e importação de energia da Argentina.

O órgão regulador determinou que a bandeira tarifária saltará de amarela, em vigor em setembro, direto para o segundo patamar da vermelha, nunca antes acionado. A sinalização representa cobrança adicional de R\$ 3,50 para cada 100 quilowatts/hora (kWh) consumidos a partir de domingo. Em média, os brasileiros consomem 160 kWh por mês, o que representará acréscimo de R\$ 5,60 na fatura de energia de cada unidade, em média.

O valor, que se visto isoladamente, parece baixo, pesa no bolso de muitos brasileiros. É o caso do aposentado Gerson dos Reis, 57 anos, que lamenta não ter como economizar energia. “Parece pouco, pois são R\$ 3,50, mas no fim do mês, quando junta tudo, fica muito caro”. Ele conta que a mulher faz doces para vender na rua e, por isso, tem máquinas ligadas na casa dele quatro dias por semana. “No fim do mês, a conta vem mais de R\$ 110”, disse.

Situação crítica

O diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, afirmou que a situação hidrológica no país é bastante desfavorável. “É o pior setembro do ponto de vista de vazão da história do setor elétrico, portanto, há 86 anos”, ressaltou. A vazão é a Energia Natural Afluentes (ENA), ou seja, a água da chuva que chega aos lagos das barragens. “As primeiras chuvas não correm diretamente para os reservatórios porque o solo está muito seco. A terra demora a encharcar e provocar vazão”, esclareceu. Rufino destacou que o armazenamento de água no país é crítico desde 2014.

A bandeira tarifária vermelha patamar 2 nunca tinha sido acionada desde que a Aneel criou dois níveis, em janeiro de 2016. Entretanto, Rufino assinalou que não é o maior valor em termos de acréscimo nas contas. Em 2015, o patamar único da cor vermelha representava custo extra de R\$ 5,50 a cada 100 kWh consumidos. “Depois que inauguramos os dois patamares, ainda não tínhamos acionado o patamar 2”, reiterou.

Por conta da situação crítica dos reservatórios, o Brasil vai importar cerca de mil megawatts (MW) médios da Argentina. “Nós já importamos do Uruguai, aproximadamente 400 MW médios. Agora, foi autorizado importar também da Argentina, sempre despachando da mais barata para a mais cara”, explicou o diretor da Aneel.

Com a autorização emitida, o setor aguarda os comercializadores de energia demonstrarem interesse e declararem o preço que vão cobrar. Uma vez feito isso, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) vai avaliar se a importação se justifica. Se o valor ficar acima do praticado pelas térmicas mais caras do país, a Aneel pode optar por não importar e ligar as usinas.

Para se ter uma ideia comparativa, a Usina de São Simão, administrada pela Companhia Energética de Minas Gerais (MG), leiloadada esta semana e arrematada pela empresa Pacific Energy, tem capacidade instalada de 1,2 mil MW médios, quase a energia que o Brasil está autorizado a importar dos vizinhos do Mercosul.

O aumento da conta de luz faz com que se questione a matriz energética do país. Na opinião do universitário Adriano Conceição dos Santos, 31, o Brasil deveria ter melhor infraestrutura para energia solar, já que estamos em um país tropical. Isso, segundo ele, garantiria energia mais barata para as pessoas. Morador do Gama, Santos cobra um melhor serviço. (Colaborou Adriana Botelho)

Cobrança extra

Energia vai ficar mais cara em outubro com bandeira vermelha.

Bandeira tarifária	Cobrança extra	CVU (custo por 100kWh variável unitário)*
--------------------	----------------	---

Verde	—	Menor que 221,28/MWh
-------	---	----------------------

Amarela	R\$ 2	De R\$ 211,28/MWh até 422,45/MWh
---------	-------	----------------------------------

Vermelha 1	R\$ 3	De 422,45/MWh até 610/MWh
------------	-------	---------------------------

Vermelha 2	R\$ 3,50	Maior que 610/MWh
------------	----------	-------------------

* Custo da usina térmica mais cara despachada

Dicas de Economia

» Chuveiro elétrico

» Tomar banhos mais curtos, de até cinco minutos

» Selecionar a temperatura morna no verão

- » Verificar as potências no chuveiro e calcular o consumo
- » Ar-condicionado
- » Não deixar portas e janelas abertas em ambientes com ar condicionado
- » Manter os filtros limpos
- » Diminuir ao máximo o tempo de utilização do aparelho
- » Colocar cortinas nas janelas que recebem sol direto
- » Geladeira
- » Só deixar a porta da geladeira aberta pelo tempo necessário
- » Regular a temperatura interna de acordo com o manual de instruções
- » Nunca colocar alimentos quentes dentro da geladeira
- » Deixar espaço para ventilação na parte de trás da geladeira e não utilizá-la para secar panos
- » Não forrar as prateleiras
- » Descongelar a geladeira e verificar as borrachas de vedação regularmente
- » Iluminação
- » Utilizar iluminação natural ou lâmpadas econômicas e apagar a luz ao sair de um cômodo; pintar o ambiente com cores claras
- » Ferro de passar
- » Juntar roupas para passar de uma só vez
- » Separar as roupas por tipo e começar por aquelas que exigem menor temperatura
- » Nunca deixe o ferro ligado enquanto faz outra coisa
- » Aparelhos em stand-by
- » Retirar os aparelhos da tomada quando possível ou durante longas ausências

Fonte: Aneel